



Comunicação oral: Eixo 06 - Educação de jovens e adultos e educação social

A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NO ESPAÇO DA INCLUSÃO SOCIAL: DO LEGÍTIMO AO PLANEJADO

Marisa Pascarelli Agrello - UNINTA*
Joaquim José Escola - UTAD**

Resumo: O que se percebe é que, na atualidade, caminha-se em um processo inclusivo-excludente, que por força de lei e sem formação contínua de professores e ambiente preparado, quer pelas escolas em todos os níveis, pela sociedade, ainda não se compreende o real sentido do que é incluir. A inclusão é interna, ou se deseja realizá-la, ou não. Nós observamos nas pessoas as suas possibilidades, competências e conhecimento, ou somente se reconhece a sua "deficiência" não autorizando o seu saber formal e informal. O trabalho está dividido entre teoria e prática, por meio da mediação pedagógica, com a participação de todos os envolvidos no processo. A Escola não é a única que legitima e nem é a mais genuína base de formação e de informação no desenvolvimento da aprendizagem humana. A rua é também uma sala de aula provocativa, perigosa e repleta de aventuras.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Inclusão Social. Mediação. Cidadania.

Introdução

A constante reflexão sobre as questões sociais relacionadas ao histórico de vida do adolescente e jovem em situação de rua, na prática ou não de ato infracional, até o “educador de rua” conquistar a confiança “de que ainda posso”; “de que tenho direito a aprender”; “de ser cidadão” e convidá-lo a conhecer uma Organização Não Governamental - ONG, para que assim, possa aceitar as pessoas com as quais irá conviver, entre elas, o Pedagogo Social, às vezes é um caminho longo, ao qual denominamos de: “namoro pedagógico de uma equipe interdisciplinar”. Há uma busca dos profissionais, em compreender melhor as questões sociais, políticas, culturais, emocionais entre outras, que interferem no desenvolvimento do sujeito e conseqüentemente na sua aprendizagem e na relação com o conhecimento.

É um passo importante para a compreensão da própria humanidade entendendo que se é parte desse todo e que se tem este desejo profundo e indispensável de tentar pelo menos, modificar o rumo desta história. Tem-se que entender o que se passa com as pessoas; com a profissão; com a “vocação”; tomar consciência da responsabilidade; desejos; expectativas; rancores; insatisfações e traumas pelos quais a vida os colocou tão cedo. Somente quando

*Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. Pós-Doutoranda em Ciências em Educação com orientação do Professor Dr. Joaquim Escola com a Pesquisa “Educação Para a Paz”. Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Inta -UNINTA.

**Doutor em Ciências da Educação da Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro. Pesquisador de várias Universidades do Porto e Minho em parceria com a Espanha. A atuação pedagógica no espaço da inclusão social: do legítimo ao planejado.



se toma consciência de que se é parte ativa de uma sociedade em permanente mudança é que se permite compreender o alcance da responsabilidade como facilitadores de uma “Educação Para a Paz”. O objetivo deste artigo é começar a organizar sistematicamente repensando a missão e importância da profissão do pedagogo na equipe multi e interdisciplinar, se estão compatíveis com os sonhos, expectativas, desilusões, fortalezas, animosidades, limitações e competências de cada adolescente e jovem.

É um desafio pesquisar a atuação do pedagogo social, principalmente no que se refere à atuação fora da unidade escolar. O campo da educação não formal e sociocultural ainda não é tão bem compreendido, mas está em crescente desenvolvimento. Objetiva-se compreender como o trabalho é realizado com adolescentes, jovens e suas famílias. E, além disso, de que forma o profissional da pedagogia social pode contribuir na ação interdisciplinar, juntamente com os demais profissionais.

Durante 07 (sete) anos, fui presidente da ONG: “Associação Curumins”, em Fortaleza- Ceará-Brasil mantido pelo Governo da Suíça e pelo “*Instituto Terre des hommes*”. Com 35 (trinta e cinco) anos de atuação no Brasil, os projetos apoiados ou desenvolvidos pelo “*Instituto Terre des hommes*” Brasil, se tornaram referência a nível regional e nacional em temáticas como crianças e adolescentes em situação de rua, enfrentamento à violência sexual, trabalho infantil, convivência familiar e comunitária, Justiça Restaurativa e prevenção à violência.

Como se é e atua tentando entender que grau de importância representa na vida cotidiana a real inclusão de pessoas em situação de rua no ensino regular em todos os seus níveis, como sociedade no Brasil; na história como parte ativa do mundo e se já não se acostumou com a exclusão e se começou a achar: “*que é assim mesmo, e que nossa missão é só assistencialista*” (sic).

Tem-se que vivenciar as habilidades sociais e se unir com os que valorizam a vida humana. A vida não tem sentido sem o outro e aceitar o outro na humanidade com suas habilidades, capacidades, competências, fragilidades, sofrimentos, pois esse é o maior desafio.

Todo ser humano é capaz de ser proativo, como é capaz de ser bom e solidário; egoísta e cruel; generoso e audaz. Sua conduta e seus atos são consequência não só de sua contribuição genética, mas, principalmente das interações interpessoais que terá com as experiências; com o meio ambiente; com sua própria reflexão e opção de vida. Por essas questões que tudo começa bem cedo por meio do vínculo de afeto. Onde? Na família.

Para fundamentar este estudo os autores pesquisados foram: Martins e Jorge (2011); Azambuja e Ferreira (2011); Alvin (2010); Freire (2010); Wallon (1989); Montessori (1939) e vários artigos da Revista Brasileira de Educação.



A metodologia que embasa este trabalho é Método Hipotético – Dedutivo que para Popper (2004, p.140), “a ciência começa e termina com problemas”.

O processo de investigação desse método inclui um *problema*: quando surgem conflitos diante de expectativas e teorias existentes? *Solução proposta*: consiste em uma nova teoria e na dedução de consequência, na forma de proposições sujeitas a testes; *testes de falseamento*: tentam refutar, por meio da observação e da experimentação, ou outros.

Assim a ciência parte de problemas, surgidos quando se tenta compreender o mundo da experiência, que é exatamente o que os pesquisadores constantemente realizam quando se propõem a compreender e encontrar caminhos para a legítima inclusão social.

A solução apresentada em forma de proposições sujeitas à investigação, direta ou indireta, em suas consequências, sempre dedutivas, explica ou prevê aquilo que despertou interesse intelectual ou dificuldade teórica e prática. Com esta metodologia pretende-se chegar ao *reconhecimento dos fatos*: significa exame, classificação e seleção que com maior probabilidade, são importantes; *descoberta do problema*: trata de descobrir lacunas ou incoerências no conhecimento existente; *formação do problema*: redução do problema a um centro importante, com possibilidade ou não de encontrar uma solução.

Porém, quando tentamos analisar o tema: “os caminhos inclusivos no processo educacional social: do legítimo ao planejado” observa-se que suas causas são múltiplas e complexas.

A singularidade do ser humano

É necessário observar que cada ser humano é único e singular e que os contextos e as influências que as pessoas recebem dos sistemas sociais formam um conjunto de crenças e valores interpretados de formas diferenciadas em cada contexto cultural.

Pode-se dizer que a potencialidade à discriminação tem em sua origem uma carga social, mas é evidente também, que essa herança sozinha não determina que a pessoa seja excluída, pois suas atitudes se firmarão das experiências de vida que esse sujeito pode viver por meio da mediação da família e de educadores. Refletindo sobre essas colocações chega-se à conclusão que tanto as condutas positivas como não são basicamente apreendidas. Também se sabe que a escola não é o mais agradável espaço do “saber – fazer – sentido”, do “ser – aí o homem mesmo”.

A escola é muito importante sem dúvida, mas existem mais espaços que colaboram de modo significativo com a educação de maneira informal. O que dará qualidade e cidadania a essa série de instrumentos de intervenção, será a Ética e a Estética.



Ética marcada por valores e atitudes como o cuidado cujas vertentes nos (co) movem ao compromisso político, generosidade, coragem, paixão, competência didática, domínio mínimo de conteúdos oficiais e emergentes surgidas das relações “*ensinante e aprendente*”.

Há, portanto, a necessidade de revisão e reflexão sobre muitas outras questões para que haja o sucesso da proposta de inclusão no ensino regular de adolescentes e jovens em situação de rua. Não se pode pensar em inclusão escolar sem trazer à tona problemáticas de ordem social, econômica, política, educacional e cultural.

A Paz e a Inclusão começam contigo. Trabalha sobre ti mesmo e com a tarefa de compartilhar com os outros. Todo mundo tem um espírito que pode ser refinado, um corpo que pode ter marcas que devem ser ressignificadas para seguir. Está-se aqui com um só propósito de dar conta de sua força interior e manifestar sua iluminação inata. Alimentar a Paz em sua própria vida e aplicá-la a todo adolescente e jovem do mundo onde ela se encontre (Texto adaptado por Marisa Pascarelli Agrello baseado em Morihei Ueshiba).

Aprende-se e ensina-se aos adolescentes e jovens, por esse motivo, que a escola é muito importante, tanto para a troca de saberes, quanto para a construção de novos, mas existem outros espaços tão importantes que colaboram de modo significativo com a educação de maneira não formal, o que Vygotsky denominou de “zona de desenvolvimento real; proximal e potencial” (VYGOTSKY, 1978). A Inclusão escolar, portanto, depende da inclusão familiar, social, política e cultural. Assim, reflete-se de maneira global e não unilateral.

Apropria-se do conhecimento observando, vendo, escutando, tendo um modelo de conduta eficaz e rápido para se chegar a um objetivo e obtiver o controle de uma situação que de outra maneira mostra-se para que este sujeito em situação de rua seja atendido em sua individualidade não somente pela sua “situação” e sim pelas suas potencialidades, competências e conhecimento.

Na verdade, não se pode pensar em um sujeito, sem levar em conta todas estas dimensões; daí a proposta de Assante apud Ministério da Educação – MEC (2006, p. 10) de substituir a terminologia “pessoa deficiente” por pessoa em “situação de deficiência”, quer transitória ou permanente, questionando-se: o que é Educação Inclusiva? Qual o objeto e objetivo da Educação Inclusiva? A interrogação interessante é saber - sentir o processo educativo (de ensino-aprendizagem) mais adequado na Educação Social.

Um fator social significativo presente na inclusão/exclusão é a pobreza sem esperança; situação de rua; principalmente quando a comunidade se defronta com a exclusão social, ao exemplo da falta de educação e de capacitação, como também a falta de “*cuidado*”.



O cuidado torna possível reinventar produzindo novas experiências para pessoas que estão na rua ou não (mas, experienciando situações de acentuadas agruras), bem como outras pessoas: transeuntes, policiais, pessoas que se prostituem; moradores de rua, pessoas em situação de deficiência, entre outros.

A Educação Inclusiva tem uma representação social que lhe define o espaço de trabalho: a rua, mesmo que seus espaços sejam mais ampliados ainda assim “*a rua é sua marca*”. Rua é uma palavra cuja etimologia vem de “*ruga*”: tracejados disformes na pele humana que acreditou para ver-sentir; que olhou e sentiu na experiência (LAROSSA, 2017).

A rua é uma sala de aula muito provocativa, cheia de aventuras, diversidade e vicissitudes e ao mesmo tempo é o lugar da alegria. Lá, comemora-se o futebol. Chora-se, quando o “*ser*” é ferido. Joga-se o nome na lama, na rua.

Na rua, todos são irmãos, todos se sentem parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque sofram, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque se unem, nivela e agremia o amor da rua. A rua nem sempre é bondosa ou agradável. Às vezes emergem situações que os “(pré) ocupam”, devido aos descuidos a que pessoas estão expostas.

A Educação de Rua começa a ser vivenciada de modo remunerado ou não, desde o século XVI, apesar de ela mostrar-se mais visível na Época Moderna.

Não é só no Terceiro Mundo, como se é conhecido, o Brasil, que existe a Educação Social de Rua.

A escola, em todos os seus níveis, não pode esquecer que a rua ensina e o sujeito que está em situação de rua tem uma bagagem de aprendizagem muito rica que precisa ser levada em consideração e não rechaçada pela academia.

Toda postura exclusiva esconde detrás de si variáveis biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

Mahatma Gandhi (1869-1948) diz: “*a violência é a origem de todos os males*”. Em toda a sua vida lutou incansavelmente contra ela. Entendia que sempre que existia um ato violento havia um ser humano ou um grupo que se impunha a outros utilizando a força. A exclusão é um ato violento!

Os objetos de estudo da Educação Social no olhar pedagógico são: Recursos, técnicas de ensino-aprendizagem e intervenção; Guias de sentidos psico filosóficos ligados aos movimentos existencialistas, fenomenológicos e espiritualistas; acreditar no potencial do ser humano.



Pedagogia social e o pedagogo social

O Pedagogo Social e a equipe interdisciplinar deverão: Apoiar crianças, adolescentes, jovens, famílias e a comunidade com a realização de ações de proteção e prevenção à violência; contribuir em abordagens inovadoras para romper com o paradigma da Justiça Juvenil Restaurativa, do protagonismo juvenil e da prevenção da violência na escola e na comunidade. Buscar o desenvolvimento e o fortalecimento das competências locais em defesa dos direitos de adolescentes em situação de rua em ambiente acolhedor; Promover experiências, contribuindo com formações, assessoramento, iniciativas de incidência política, comunicação e articulação do Sistema de Garantia de Direitos; Realizar Formações Contínuas de Professores para trabalhar com esse público; Desenvolver estratégias de comunicação comprometida com os direitos da infância e da juventude e a promoção de uma Cultura da Paz; Fortalecer e ampliar o protagonismo juvenil, com o desenvolvimento de estratégias que promovem o direito à participação de adolescentes e jovens.

A Educação Social que aqui se aborda denomina-se classicamente de “Educação para Todos” baseada na proposta de Paulo Freire (2010). Esse “*saber - prática*” deve estar aberto e acessível a todas as pessoas e profissionais da Educação e de outras áreas.

A Educação Social e Inclusiva deve ser apreendida, ou seja, “*tornar seu*”, enquanto instrumento que facilita os processos ensino-aprendizagem, em seus métodos e técnicas, apenas como mais um “*instrumental*”. Um instrumental refere-se às descobertas de modos de produzir ou criar intervenções, procedimentos, materiais construídos, que venham facilitar ao sujeito que se identifica e se denomina “*ensinante social*” ou com muito orgulho: “*Professor*”, cuja Ética marcada por valores e atitudes socializados por meio de sua relação saudável com os alunos culmina na qualidade de ensino- aprendizagem e na construção real de cidadania.

Os Educadores Sociais devem favorecer o resgate da cidadania, exercitar a democracia, desenvolver a autonomia, despertar ou resgatar o prazer de aprender, alegrias, trabalhar as resistências, resiliências, enfrentamentos, coragem, humildade, por meio da: Mediação; modelo de relacionamento da ajuda; o método “*ver-avaliar/julgar-agir*” e o método Paulo Freire: “*Conscientização*”.

Voltam-se aos questionamentos iniciais: O que é Educação Inclusiva e Social? Qual o objeto e objetivo da Educação Inclusiva e Social?

A interrogação interessante é “*saber-sentir*” o processo educativo (de ensino-aprendizagem) mais adequado à Educação Social.

A Educação Social com sua proposta inclusiva pode ser entendida como uma Educação que tem por objetivo o desenvolvimento da sociabilidade da pessoa e grupos delas, assim como



das Instituições que nela circundam e circulam. Outra característica é atendê-las individualmente, em grupos, apoiar as instituições, em situação de sofrimento, estando na rua, contra o seu desejo ou mesmo devido à injustiça social e econômica do país do qual deveria estar sendo reconhecida como cidadão.

Educação social

A Educação Social pode acontecer em espaços formais e não formais. Tudo pode (ou não) dependendo do espaço de intervenção, como não apenas a “rua”, mas “*obras sociais*”; “centros de tratamento”; “casas de repouso”; “Organizações não Governamentais”; “Casas lares”; “famílias substitutas”; “instituições estatais de apoio às crianças ou adolescentes e jovens em estado de abandono e rejeição por questões culturais, sociais, por deficiência ou situação econômica” e a “*escola regular*”.

Deve-se entender a Educação Social como uma compreensão e análise do marco macro sociopolítico no qual “*o sujeito do abandono*” (ou não) demanda esse tipo de saber-prática; inserida na sua realidade profissional dos que se identificam como “*educadores sociais*” e as pesquisas emergidas daí.

Os Educadores Sociais e os professores em todos os níveis precisam começar a se preocupar com a situação da infância no Brasil, como com os trabalhos forçados e abusos (sexuais, físicos, psicológicos, entre outros) que se criam para submetê-los, que estão catalogados como “*peças em situação de risco e que podem se tornar em ‘situação de deficiência’, ou pior, desenvolver uma patologia grave*” (DSM V).

Deve-se, portanto, otimizar os processos de socialização e vida em pequenos ou grandes grupos, não significando submissão dos seres humanos, mas criando formas de expressão e subjetividade pelo desejo de crescer, de aprender, de saber, de sonhar.

Deve-se propiciar a interação e inclusão com pessoas e para pessoas, trabalhando em equipes inter, multiprofissionais, principalmente priorizando os campos bio-psico-sócio cognitivo-espiritual na “*inter(in)venção*”. A oportunidade de diversidade na aprendizagem faz parte de uma Ciência denominada “Educação Social” (de Rua e de outros “*espaços-tempos*”), mas ela assim o “*faz-pensa-sente*” devido a outras pessoas que o antecederam e provocou uma sociedade, gerando uma invenção pelos instrumentais e pelas posturas subjetivas individuais e sociais.

Ela pode ser uma “*síntese integradora*” de diferentes alternativas práticas socioeducativas e de outros profissionais.



Segundo Graciani (1997, p. 13), “[...] o Brasil é um país que nasceu com a marca da exclusão, insensível diante da miséria e da diversidade”.

Nesse processo social e histórico, o Educador Social e sua Pedagogia são de “[...] *certa forma uma antipedagogia que busca instaurar uma nova cultura que possa neutralizar a banalização da vida à qual as elites brasileiras se acostumaram*”. Portanto, tem-se que sair da zona de conforto que é conhecer a realidade de mundo para propiciar a real inclusão com zelo, afeto priorizando a dignidade humana.

É muito importante conhecer para entender como se dá a Educação Social e, a partir dela, sugerir ao longo do tempo outros pontos de vista para compreender e analisar com o objetivo de encontrar caminhos lógicos para sua solução ou minimizar os problemas. Para tanto há necessidade de possibilitar à criança e ao adolescente: Confiança a família e a escola que precisam entender a criança e o que se passa com ela; Perceber o que sente; escutar o que expressa; Reconhecer que é um ser que tem luz própria, essencialmente único e singular; Aceitar seus medos e inseguranças para ajudá-la a enfrentar os desafios; Saber utilizar os erros como caminhos para novas aprendizagens, como parte do processo educativo.

- **Ter Compreensão empática:** saber se colocar no lugar de outra pessoa: Esta habilidade social fundamental permite que as pessoas possam descobrir o sentimento do próximo e ajudá-lo nas situações de conflito; A empatia segundo a Psicologia é um “mediador cultural”; Piaget (1980) a define como habilidade de entender algumas estruturas do mundo sem adotar necessariamente essa mesma perspectiva; O dia 18 de maio foi instituído pela Lei Federal n.º 9.970 como o “Dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”; A intenção da lei é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta de prevenção e combate à violência contra as crianças e adolescentes; É preciso formar uma consciência nacional para denunciar e romper com esse ciclo de violência e proteger nossas crianças e adolescentes; A UNICEF sobre Crianças e Adolescentes revela que 13,8% dos jovens não se alimentam todos os dias e 20% sequer foram registrados ao nascer; 54% deles não têm carteira de identidade e 6,5%.
- já foram impedidos de emitir documentos; A UNICEF mostrou ainda que 12,9% dos jovens foram impedidos, de alguma maneira, de receber atendimento na rede de saúde; Variados são os motivos que levam crianças e adolescentes a deixar sua casa, sua família e buscar abrigo na rua; Esses dados apontam que brigas verbais com os pais e irmãos é a maior razão para a saída de casa, representando 32%; Em seguida

estão violência doméstica e problemas de alcoolismo/drogas, ambos respondendo por parcela de 30%; A busca pela liberdade corresponde a 22%; Revelou que apenas 5,7% dos entrevistados assumiram que se prostituem como forma de obtenção de dinheiro; 39% vendem produtos de pequeno preço; 29% recorrem a esmolas para se sustentar; O número de meninas é três vezes menor do que o de meninos; 73% declarou ser negro ou pardo.

Como os fatores são vários, as medidas teriam que ser várias, e se sabe que isso é difícil. Seria uma utopia dizer que esse problema um dia será resolvido definitivamente.

A principal medida a ser tomada é o trabalho voltado para as famílias.

A sociedade está doente de violência e exclusão. Estas existem em proporções impensadas há muitos anos, em forma de robôs, agressões físicas, homicídios, sequestros, abuso sexual, insultos, entre outros.

Muitos acham correto responder à violência e exclusão com violência maior, ignorando que uma vez desencadeada se entra em um círculo interminável, como uma lei fatal de acesso aos extremos (VEIGA, 2011, com adaptações de Marisa Agrello).

Pode a família e a escola ensinar juntas uma criança a lidar com seus conflitos?

A Educação Social pode ser entendida como uma Educação que tem como objetivo o desenvolvimento da sociabilidade da pessoa e grupos delas, assim como das instituições que nela circundam e circulam, diminuindo, dessa forma, a violência contra a criança e ao adolescente.

Baseado em Paulo Freire, o movimento denominado Educação Popular, de modo inventivo e saudável, colaborou com o seu saber-prática para diferenciar Educação Social de Educação não Escolar.

O pedagogo social adota posturas psico filosóficas – espirituais, que movem os profissionais na utilização dos métodos e das técnicas facilitadoras na construção da aprendizagem.

O governo; a sociedade; a família; a escola e os educadores têm que estar interessados, desejosos, preparados, formados e informados sobre a criança e a adolescência e com a complexidade da juventude, seu envolvimento com a violência (que vem do país todo, mas que nem todos se contaminam) produzindo consciência crítica capaz de provocar e reivindicar pela socialização dos direitos estabelecidos, exigindo o cumprimento e a otimização da Inclusão Social e da construção da cidadania devido à apropriação de novas formas de expressão e subjetividade pelo desejo de crescer, de aprender, de saber, de sonhar.



Qual a atuação pedagógica no espaço da inclusão social: do legítimo ao planejado quanto às experiências exitosas realizadas na Associação Curumins tem-se:

- a) Prevenção da Violência:** Foram realizadas formações com gestores, professores e alunos com o objetivo de tornar o ambiente escolar um lugar seguro e de proteção, contribuindo para a prevenção das situações de violência e ato infracional que ocorresse no espaço escolar. Foi muito difícil no início a aceitação por parte da escola, o ingresso de crianças e adolescentes em situação de rua, mas de acordo com a proteção da Lei, a inclusão foi realizada, como também a necessidade das formações contínuas para a real inclusão. Pela “Cultura da Paz” onde se apoiou em Maria Montessori em seu clássico “Educação e Paz”, Editora Portugal os adolescentes e jovens tiveram um papel fundamental na construção da Cultura de Paz na escola e na comunidade. Juntamente com a Psicopedagoga e a equipe interdisciplinar formada por: Pedagogos; Psicólogos; Assistentes Sociais; Enfermeiros; Médicos; Nutricionistas; Advogados promoveram atividades como: círculos de diálogo nas escolas e com crianças; rodas de conversa; debates comunitários e formações sobre como prevenir e identificar situações de violência tanto na rua quanto em casa;
- b) Preservação dos Direitos da Infância:** “*Lugar de criança e adolescente é na escola*”. Maior visibilidade e importância à Educação em prol da Cidadania. Combate ao trabalho infantil e sensibilização às famílias da responsabilidade e obrigação dos pais sobre a Educação, Saúde e Segurança dos filhos garantindo o desenvolvimento seguro, saudável e pacífico na família; **Educadores Sociais:** Professores que trabalham com as famílias. Orientando os pais sobre os direitos e deveres tanto dos pais quanto das crianças. Notou-se que as crianças e adolescentes em situação de rua reproduzem uma história vivida pelos seus pais, como se fosse algo inevitável. Quando se apresenta aos pais outros caminhos a trilhar que levam seus filhos a não terem o seu meu destino, a princípio ficam muito desconfiados só acreditando quando percebe a realidade se transformar como também as condições de vida pessoal e familiar;
- c) Educadores de Rua:** Os Educadores de Rua realizam uma atividade que requer muita cautela e paciência, pois como já dito anteriormente, a rua é cativante; na rua “*eu sou livre*”; “*ou penso que sou*”; mas, a rua tem muitas leis que o Educador não as conhece. Portanto, ele tem primeiramente que: observar, entender, compreender para depois se aproximar. Pedir licença e só pertencer ao grupo se for permitido. Caso tenha permissão, será por meio do lúdico que iniciará o que se denomina a princípio de “*namoro pedagógico*”. Aonde por meio de diálogo informal irá devagar conhecendo

esta criança ou adolescente e terá que ser verdadeiro, pois a partir do momento que se estabelecer a confiança, a mesma não poderá ser abalada, porque caso contrário, alguém já tão sofrido, não acreditará mais em ninguém. Após vários encontros é que virá o convite para conhecer o Projeto Curumins que é um local aberto, sem grades, onde esta criança ou adolescente poderá ir e vir à hora que quiser e o Educador deverão estar em terapia, pois a qualquer momento poderá chegar à conclusão que a “*rua*” é melhor do que o Projeto e não se pode impedi-lo de ir e vir quantas vezes for necessário até que se conscientize sobre: “*quem sou eu*”; “*o que quero ser e fazer daqui para frente*”.

Considerações finais

A escola é muito importante sem dúvida, mas existem mais espaços que colaboram de modo significativo com a educação de maneira não formal. A Educação Social e Inclusiva é um ramo da Educação em geral, devendo ser apreendida, enquanto instrumental que facilita os processos ensino-aprendizagem, nos seus métodos e técnicas, apenas como mais uma “ferramenta”.

Um instrumental que se refere às descobertas de modos de produzir ou criar intervenções, procedimentos, materiais construídos, que venham facilitar ao sujeito que se identifica e se denomina “*Educador Social*” ou simplesmente educador. Quando se fala do homem livre, dizia Montessori (1939, p.127 e 128):

Devemos, antes de mais, retificar algumas ideias. Não se deve pensar que o homem livre se opõe à sociedade, à ordem e à disciplina social. Pelo contrário, ajudando o homem a seguir o plano do seu desenvolvimento, as leis naturais, realizou uma sociedade mais perfeita do que a nossa. O adulto deve ser seu auxílio, não um obstáculo; Deve antes de mais, ajudar a criança nas suas necessidades; deixá-la agir sozinha, porque só agindo se vive.

“*Como homens, somos diferentes, buscamos soluções mais adaptadas ao lugar, ambiente ou época em que vivemos*” (BORAN, 2000, p. 30).

Nesse contexto se é capaz de criticar, propor novas soluções e maneiras de atuar no mundo, para depois escolher melhor. Ao mesmo tempo, se está no tempo, no aqui (lugar) e agora (tempo) e se é também marcado por isso mesmo, além das suas capacidades de atualização, provocando e reinventando o cotidiano, mostrando além da alienação, aproximando-se às táticas de enfrentamento e estratégias de (sobre) vivência.

O homem é capaz de trabalhar e construir uma comunidade de pessoas reinventando e transformando o mundo, participando nele, ligando-se com seus companheiros existenciais. Ao processo vivido sempre se está descobrindo e se realizando como pessoas, cidadãos,



“gente mesmo”, pois *“na medida em que aprendemos a nos comunicar com os outros, num nível cada vez mais profundo, nós mesmos nos tornamos mais homens”* (Moran 2017, p. 32).

Pelo método Paulo Freire, que ele chamou de *“caminho”*, um educador fornece pelo diálogo as relações humanas, dentre outros modos, o *“pensar-se sentir e agir”*. Na Educação Social e Inclusiva defende-se uma *“escuta do sujeito”*, ou seja, um *“ensinante-educador social”* que põe à escuta do sofre (dor) ou não. E é por essa escuta que o *“sujeito-aprendente”* expressa o desejo, a sua marca e a união que os aos educadores sela construindo a *“mediação pedagógica”*.

A mediação gera novas relações a partir de modos criativos e alternativos de comunicação (linguagem, corpo, artes, entre outros) que invoca uma percepção do outro como diferente nas suas singularidades (portanto diferente de nós) e semelhanças (humanidade).

Na ação-sentida de mediação, cabe ao Psicopedagogo social e inclusivo refletir eticamente acerca de seu trabalho, descrever a si mesmo (no mundo) acerca de como atua. Ele é como uma rendeira do Nordeste, que vai tecendo minuciosamente as relações humanas situadas nas zonas que se mostram fragmentadas, descosturadas, rasgando, esfacelando-se.

O método *“ver – julgar – agir – avaliar”* é a chave encontrada na abordagem sistêmica da Psicopedagogia Social Inclusiva com a missão reflexiva nos diferentes segmentos da sociedade com objetivo de propiciar uma sensibilização crítica cristã e de prática da vivência social. Ver ou analisar é o perceber; Julgar ou avaliar é o discernir o que é adequado para aquela situação-demanda vista-sentida no qual se desvelou, o Psicopedagogo Social e Inclusivo; Agir é o ato sentido do reinventar, a partir do visto-avaliado, objetivando provocar o inadequado para aquele determinado contexto sócio histórico transformando-o em adequado.

O senso crítico emerge nos trabalhos de pequenos grupos, em que as pessoas comecem a *“ler – sentir – agir – pensar”* a realidade, sendo então *“[...] ativos na construção de um mundo melhor”* (BORAN, 2000, p. 35). Deve-se sempre partir da realidade, da vida das crianças, dos jovens (Ver). Depois confrontar os desafios levantados pela realidade com a fé (Julgar). Finalmente partir para uma ação transformadora do meio (Agir).

“Ninguém sai intacto de um relacionamento humano com ou sem qualidade. O que determina essa qualidade não são os diplomas, mas uma atitude já internalizada e que pode ser ensinada através de um processo ensino-aprendizagem provoca (dor)” (Pinel, 2008, p. 81). Segundo Montessori (1939, p.135),

Toda humanidade trabalha para o bem comum, mesmo se está, inconscientemente, a criar um mundo novo que deve ser o Mundo da Paz. O grande esforço dos homens que trabalharam; descobriram; estudaram;



sofreram; toda a obra dos homens, terá valor e será absorvida naquele mundo que será o da Paz.

Espera-se ter atingido com esse artigo e com as experiências vividas com adolescentes e jovens em situação de rua ter estimulado e resgatado um pouco a humanidade, a nossa humildade, o respeito e zelo pelos outros, pela natureza e pelo mundo à sua volta.

Referências

- ALVIN, M.R.B. *Violência contra o menor ao extermínio da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro Para Infância e Adolescência, 2010.
- AZAMBUJA, M.R.F.; FERREIRA, M.H.M.e col. *Violência contra a criança e o adolescente*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BORAN, G. Mulheres e violência interseccionalidade. *Psicologia Social. Print version* ISSN 0102-3772. *On-line version*. ISSN: 1806-3446. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000200007>. v. 16, n. 2. Brasília May/Aug. 2000.
- BRASIL. *Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000*. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. D.O.U. 18 de maio de 2000. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- FREIRE, P. *Educação Libertadora*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GRACIANI, M.S.S. *Pedagogia social de rua*. São Paulo: Vetor, 2016.
- LAROSSA, J.; KOHAN, W. *Elogio da Escola*. São Paulo: Autêntica, 2017.
- MARTINS, C.B.G.; JORGE, M.H.P.M. *Violência contra crianças e adolescentes*. Mato Grosso: UFMT, 2011.
- MINAYO, M.C. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. Scielo: *On-line version*. ISSN: 1806-9304, v. 1, n. 2, Recife May/Aug, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.
- MIRANDA, C. F. *Educadores da noite*. Belo Horizonte: Nuex-Psi, 2003.
- MONTESSORI, M. *Educação e Paz*. Portugal: Portugália, 1939.
- MORAES, C.S.V. A Normatização da Pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*. Set./Out./Nov./Dez./2000. Nº15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a06.pdf>. Acesso em: 20/out./2012.
- MORAN, E. *Os Sete saberes necessários para a educação do futuro*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. Brasília: Unesco, 2002.
- NOFFS, N. A.(col.) *O Fazer Psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- PINEL, H. e COLODETE, P. R. *Fundamentos da psicopedagogia clínico – institucional*. Rio de Janeiro: IBEAD, 2004.
- Pinel, P. Philippe Pinel e os primórdios da Medicina Mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Scielo: *Print version*, ISSN: 1415-4714. *On-line version*, ISSN: 1984-



0381. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000300014>. V. 11, n. 3, São Paulo Sept. 2008.

POPPER, K. *Sociedade aberta aos seus inimigos*. 3ª Ed. São Paulo: Itatiaia, 2004. ISBN: 9788531900587.

RIO, J. A. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 2006.

ROMANS, N.; PETRUS, A.; TRILLA, J. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, G. L. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção em um programa de educação para jovens e adultos das camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. Set /Out /Nov /Dez 2003 No. 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a09.pdf>. Acesso em: 20 out.2012.

TERRE DES HOMMES. Disponível em: <https://www.tdh.ch/fr>. Acesso em: 13 jun.2021.

UESHIBA, M. *A Arte da Paz*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/98935582/Aikido-A-Arte-Da-Paz>. Acessado em: 20 out.2012.

VEIGA, C. *Sete Tons de Uma Poesia Maior*. São Paulo: Record, 2011.

VYGOTSKY, L. Vygotsky e a Zona de desenvolvimento Proximal (ZPD): três implicações pedagógicas. *Revista Portuguesa de Educação*. Vol.14. Nº.2, pp.273-291. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/11.pdf>. Acessado em: 20 out.2012.

WALLON, H. *Origens do pensamento da criança*. Porto Alegre: Martins Livresiros, 1989.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>